

(DES)CONTINUIDADE DA ESCOLARIZAÇÃO DE ADOLESCENTE EM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA E AS PRATICAS PEDAGÓGICAS

(DIS)CONTINUITY OF SCHOOLING OF ADOLESCENTS UNDER SOCIO-EDUCATIONAL MEASURES AND PEDAGOGICAL PRACTICES

(DES)CONTINUIDAD DE LA ESCOLARIZACIÓN DE ADOLESCENTES EN MEDIDA SOCIOEDUCATIVA Y LAS PRÁCTICAS PEDAGÓGICAS

 <https://doi.org/10.56238/arev8n3-038>

Data de submissão: 06/02/2026

Data de publicação: 06/03/2026

Josmaria Aparecida de Camargo

Doutoranda

Instituição: Universidade Federal do Paraná

Endereço: Paraná, Brasil

E-mail: josmariacbio@gmail.com

Sonia Maria Chaves Haracemiv

Pós-doutora

Instituição: Universidade Federal do Paraná

Endereço: Paraná, Brasil

E-mail: sharacemiv@gmail.com

RESUMO

O artigo é um estudo bibliográfico do tipo estado da arte com abordagem qualitativa, realizado a partir de uma busca na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD/IBICT), com recorte temporal de 2008 a 2022, cujo objetivo foi mapear e analisar, nas pesquisas científicas, dissertações e teses, as contribuições e as implicações para a realização e a efetivação de práticas pedagógicas no processo de escolarização de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas de internação provisória nos centros de socioeducação. Foram identificadas 47 produções, sendo 36 dissertações e 11 teses. Uma análise mais refinada resultou em um corpus de 11 produções, sendo 9 dissertações e 2 teses. A partir da análise de conteúdo de Bardin (2016), codificações e categorização apresentaram fragmentos fundamentais na investigação, de modo a articular o processo de ensino e aprendizagem e as práticas pedagógicas, subsidiando, assim, as reflexões teórico-metodológicas no desenvolvimento de uma escolarização não apenas durante o período de internação do adolescente, mas também após o cumprimento da medida socioeducativa. Quanto ao processo de escolarização desses adolescentes, perceberam-se lacunas nas pesquisas, evidenciando, então, a necessidade da continuidade de estudos nessa temática.

Palavras-chave: Adolescentes. Escolarização. Socioeducativo. Negação de Direitos.

ABSTRACT

This article is a bibliographic study of the state-of-the-art type, with a qualitative approach, conducted through a search in the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD/IBICT), covering the period from 2008 to 2022. Its objective was to map and analyze, within scientific research, master's theses, and doctoral dissertations, the contributions and implications for the implementation and consolidation of pedagogical practices in the schooling process of adolescents serving socio-

educational measures of provisional detention in socio-educational centers. A total of 47 studies were identified, comprising 36 master's theses and 11 doctoral dissertations. A more refined analysis resulted in a corpus of 11 studies, including 9 master's theses and 2 doctoral dissertations. Based on Bardin's (2016) content analysis, the coding and categorization processes revealed key excerpts that contributed to the investigation, articulating the teaching and learning process with pedagogical practices and thereby supporting theoretical-methodological reflections on the development of schooling not only during the period of adolescents' detention but also after the completion of the socio-educational measure. Regarding the schooling process of these adolescents, gaps were identified in the research, thus highlighting the need for the continuation of studies on this topic.

Keywords: Adolescents. Schooling. Socio-educational System. Denial of Rights.

RESUMEN

El artículo es un estudio bibliográfico de tipo estado del arte, con enfoque cualitativo, realizado a partir de una búsqueda en la Biblioteca Digital Brasileña de Tesis y Disertaciones (BDTD/IBICT), con un recorte temporal de 2008 a 2022, cuyo objetivo fue mapear y analizar, en las investigaciones científicas, disertaciones y tesis, las contribuciones y las implicaciones para la realización y efectivización de prácticas pedagógicas en el proceso de escolarización de adolescentes que cumplen medidas socioeducativas de internación provisoria en los centros socioeducativos. Se identificaron 47 producciones, de las cuales 36 correspondían a disertaciones y 11 a tesis. Un análisis más refinado dio lugar a un corpus de 11 producciones, compuesto por 9 disertaciones y 2 tesis. A partir del análisis de contenido de Bardin (2016), las codificaciones y la categorización permitieron identificar fragmentos fundamentales para la investigación, articulando el proceso de enseñanza y aprendizaje con las prácticas pedagógicas y sustentando, de este modo, las reflexiones teórico-metodológicas en el desarrollo de una escolarización no solo durante el período de internación del adolescente, sino también después del cumplimiento de la medida socioeducativa. En cuanto al proceso de escolarización de estos adolescentes, se identificaron vacíos en las investigaciones, lo que evidencia la necesidad de dar continuidad a los estudios sobre esta temática.

Palabras clave: Adolescentes. Escolarización. Sistema Socioeducativo. Negación de Derechos.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo foi motivado pela relevância de conhecer e compreender as práticas pedagógicas desenvolvidas no âmbito da Socioeducação, com o intuito de investigar e analisar suas contribuições e implicações para a efetivação dessas práticas. Tal interesse emerge da atuação da pesquisadora como profissional docente na Educação de Jovens e Adultos e na escolarização de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas. Conforme destaca Brasil (2006, p. 28), “o objetivo da medida é possibilitar a inclusão social do modo mais célere possível e, sobretudo, promover o pleno desenvolvimento do adolescente como pessoa”.

Nessa perspectiva, elaborou-se uma pesquisa de natureza qualitativa do tipo estado da arte, tendo como objetivo buscar produções científicas na plataforma da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD/IBICT), a partir da pergunta norteadora: O que os autores relatam sobre as contribuições e as implicações da prática pedagógica no processo de escolarização de adolescentes em medida socioeducativa?

As produções acadêmicas que abordam a temática da prática pedagógica no contexto da socioeducação contemplam diversos aspectos educacionais e apresentam relevância social, especialmente no que diz respeito ao processo de escolarização de adolescentes em privação de liberdade. Tais estudos buscam evidenciar contribuições positivas para a aprendizagem, para os processos de ressocialização e para o fortalecimento do contexto socioeducacional.

A escolarização de adolescentes que cumprem medida socioeducativa ocorre em unidades socioeducativas, nos centros de socioeducação (CENSE), pelo Programa de Educação nas Unidades Socioeducativas (PROEDUSE). A Lei nº 12.594/2012 foi criada com a finalidade de instituir, organizar, estruturar e delinear o atendimento socioeducativo:

[...] o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991 (Brasil, 2012).

A escolarização ocorre em salas de aula no próprio espaço socioeducativo e é coordenada pelo Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEEBJA) por meio da Ação Pedagógica Descentralizada (APED) especial. A matrícula é realizada na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e em disciplinas que contemplam o Ensino Fundamental, fase II, e/ou o Ensino Médio, visando à ressocialização do(a) adolescente. A equipe pedagógica é composta por profissionais que participam, são aprovados e selecionados a partir de editais específicos para atuar no sistema socioeducativo.

Cabe ressaltar que cada socioeducando tem suas particularidades, potencialidades, fragilidades, seu dever e direitos. De acordo com (Brasil, 2006, p.28) “o objetivo da medida é possibilitar a inclusão social do modo mais célebre possível e, principalmente, o seu pleno desenvolvimento como pessoa”.

Acredita-se que a educação representa um caminho para essa luta. Freire (2020) retrata a importância da luta pela humanização e desalienação, pelo combate às diferentes formas de injustiça e violência de que o ser humano acaba sendo vítima.

2 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, de caráter interpretativo. De acordo com Romanoski e Vosgerau (2011), esse tipo de pesquisa, voltado ao mapeamento e à análise, contribui para identificar, justificar e preencher as lacunas no campo que o pesquisador busca investigar.

A seleção das produções para este estudo foi realizada por meio de busca na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações/Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (BDTD/IBICT). Delimitou-se o período de janeiro de 2013 a dezembro de 2022, utilizando os descritores “Práticas Pedagógicas *AND* Unidades Socioeducativas” e “Práticas Pedagógicas *AND* socioeducação” – essas palavras encontram-se indexadas na Plataforma *Thesaurus*.

A busca resultou em 45 produções, sendo 36 dissertações e 11 teses. Desses trabalhos, 31 foram excluídos, pois não atendiam à temática. Em algumas produções, apenas a leitura dos resumos e das considerações finais não foi suficiente para identificar as contribuições e implicações acerca do tema investigado. As 12 dissertações selecionadas estão elencadas no Quadro 1.

Quadro 1 – Produções selecionadas na BDTD (2013 a 2022)

Autor-Título-Instituição-Ano
CLÁUDIO, G. C. O ensino de Ciências no contexto da medida socioeducativa de internação. UNB, 2015.
CAMPOS, D. C. de Reinserção escolar de jovens em cumprimento de medida socioeducativa: a visão dos educadores. UNESP, 2018.
MENEZES, M. P. C. M. Escolas Públicas na cidade de Salvador e a reinserção dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto no ano de 2016. UFBA, 2017.
NASCIMENTO, I. S. do. O pedagogo orientador educacional no acolhimento e acompanhamento de adolescentes em medida socioeducativa. Universidade de Brasília, 2017.
PRACIANO, M. G. O direito dos adolescentes e dos jovens autores de atos infracionais à educação no sistema socioeducativo do Estado do Ceará: desafios e possibilidades para o exercício de uma cidadania fortalecida. UFC, 2018.
NUNES, F. E. Formação e (re)socialização de adolescentes em privação de liberdade: práticas e políticas educacionais no centro socioeducativo de Unai – CSEUN. Dissertação. UFG, 2018.
SILVA, C. F. e. A socioeducação e Direitos humanos: um estudo do projeto “A Arte do Saber”. UNB, 2017.
SILVA, N. M. Professor e sistema socioeducativo: conquistas, desafios e perspectivas para a promoção do desenvolvimento do adolescente. UNB, 2017.
SILVA, J. P. da. Tempo da tranca, tempo da sala: a educação escolar de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em um centro de internação de Pernambuco. UFRPE, 2018.
SILVA, O. R. A banalização das práticas pedagógicas: notas sobre uma pedagogia de exceção em um centro de internação de adolescentes. UNI SUL, 2014.
SILVA, A. T. da. Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS II de Cascavel – PR: Um estudo da Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (2001-2011). Unioeste, 2013.
SCHULER, F. R. Entre o proposto e o executado: uma análise da execução do plano de reordenamento do sistema socioeducativo do estado de Pernambuco nas unidades de internação da FUNASE/PE nos anos de 2012 a 2014. Recife-PE, 2015.

Fonte: as autoras, 2026

Ficou evidente que os anos de 2017 e 2018 concentraram a maior quantidade de dissertações selecionadas. Por outro lado, conforme as informações analisadas, não foram identificados, nos anos de 2009, 2010 e 2011, estudos que contribuíssem para o objeto desta pesquisa acerca da escolarização nas Unidades Socioeducativas.

Realizou-se a análise de conteúdo à luz da metodologia proposta por Bardin (2016), na qual as produções foram organizadas em categorias, a partir de unidades temáticas relacionadas às contribuições e/ou aos entraves no processo de escolarização em unidades socioeducativas, às práticas pedagógicas e à reinserção social do adolescente.

A análise das unidades temáticas implicou a criação de categorias específicas para identificar os subsídios que as produções proporcionaram para o objeto de estudo. Assim sendo, chegou-se à elaboração das categorias; em seguida, agruparam-se as categorias que apresentavam semelhança semântica e, posteriormente, discorreu-se sobre as que mais emergiram.

A busca, o mapeamento e a análise das produções possibilitaram elencar algumas contribuições e implicações que se inferem na efetivação das ações educativas para a escolarização do adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas. Independentemente da região do país onde está localizada a unidade socioeducativa, muitos dos problemas são semelhantes e interferem no desenvolvimento e na formação pessoal e social desse adolescente. Destaca-se a insuficiência de profissionais para atuar nas unidades, o que, por vezes, compromete a segurança e impede os educandos de saírem das celas para frequentar o ambiente escolar.

No âmbito das contribuições, a categoria que mais emergiu foi “Ressocialização”. Em segundo lugar foi “Formação Plena do Cidadão” e em terceiro “Respeito aos direitos do adolescente”.

Quanto às implicações para a efetivação do processo de escolarização do socioeducando, a principal categoria foi “Entraves”; a segunda foi “Fracasso Escolar”, e a terceira “Ausência de Políticas Públicas”.

3 CONTRIBUIÇÕES E IMPLICAÇÕES NA ESCOLARIZAÇÃO SOCIOEDUCATIVA

Na perspectiva da primeira categoria, “Ressocialização”, Silva (2014, p. 106) refere que, além da “ineficiência do sistema socioeducativo no processo de ressocialização, pode-se observar também que as medidas socioeducativas de internação têm tido efeito contrário”. No que se refere ao objetivo primordial da ressocialização e da reparação do ato infracional, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) reforça que, “quando possível, no momento da aplicação da medida restritiva de liberdade, o Estado deve garantir oportunidades reais de educação, profissionalização e apoio psicossocial” (Brasil, 2012, p. 7).

No intuito de assegurar o desenvolvimento pleno do adolescente, a Resolução nº 119/2006 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) prevê que as medidas socioeducativas devem obedecer às Diretrizes Pedagógicas contempladas no Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo. Tal normativa demanda um projeto pedagógico específico para o estudante, considerando sua vida pregressa, seu contexto familiar, as condições e local onde vive e suas aspirações para o futuro.

Ressocialização significaria, então, conduzi-lo a uma evolução pedagógica, emocional, pessoal, moral e profissional, numa perspectiva de viver em sociedade. Coadunando com esse

pressuposto, a pesquisa de Menezes (2017, p. 60) reforça que “como o cumprimento da medida socioeducativa tem natureza mais educacional que criminal, a educação assume um papel preponderante, pois se esta falhou antes em seu papel preventivo não pode falhar em sua missão reabilitadora e de reinserção social”.

A segunda categoria, “Formação Plena do Cidadão”, é exatamente um dos objetivos visados pela escolarização nas unidades socioeducativas. Essa categoria é reforçada nas considerações finais da pesquisa de Nascimento (2017), ao afirmar a importância de desenvolver no adolescente uma escuta sensível, de respeitar sua linguagem e sua expressão lúdica, sua maneira de viver, compreendendo a sua realidade. Assim, ‘sujeitos que, em diálogo com os educadores, podem construir com eles um conhecimento crítico e legítimo sobre sua vida, sua educação e sobre si mesmos. (...) tanto os estudantes como os educadores se reconhecem mutuamente e se transformam nessa relação’ (Nascimento, 2017, p. 94).

Para fundamentar a categoria “Respeitar os direitos do adolescente”, uma das contribuições atribuídas ao processo de escolarização nas unidades socioeducativas, tem-se a colaboração de Praciano (2018, p. 139), ao afirmar que “(...) O direito à educação, contudo, não pode e nem deve ser tratado isoladamente, apesar de sua relevância por si só. Ele é instrumental a diversos outros. Com uma educação e de qualidade, há conhecimento, há formação e há informação”.

Da mesma maneira que a escolarização traz contribuições aos adolescentes, percebe-se também que há algumas implicações para que a efetivação do processo educativo aconteça satisfatoriamente. Tais entraves podem comprometer a continuidade da escolarização, a qualidade do ensino e da aprendizagem e, por vezes, até denotar a existência de uma confusão entre o dever e o direito à educação, como mencionado na dissertação de Silva (2018).

Corroborando com essa perspectiva do direito ao acesso, a permanência e o sucesso do processo educativo, a pesquisa de Silva (2017, p. 134) tece considerações de que a Educação em e para Direitos Humanos tem o

[...] ideal em promover, suscitar e propiciar igualdade de oportunidades a todos na educação, e não pode ser diferente aos socioeducandos que chegam na Unidade, mesmo na condição de cumprimento de medida socioeducativa. Sua vivência ocorrerá de uma forma ou de outra, ainda que tenha praticado tais atos infracionais graves, observamos que suas histórias e desejos são comuns a qualquer outro cidadão, talvez, para alguns, às oportunidades sociais, o afeto familiar com o devido amor e proteção não foram oferecidos em suas vidas, para a grande maioria, adolescentes negros, pobres, moradores de periferia e subúrbios, quem chegou primeiro foi a violência e o preconceito.

Nem sempre as práticas escolares desenvolvidas respeitam o direito à escolarização dos socioeducandos, o que pode comprometer o trabalho docente e a efetivação de uma escolarização

voltada à reinserção social, profissional e econômica do adolescente. Observa-se, ainda, a ausência de um Projeto Político Pedagógico (PPP). Diante disso, Schuler (2015, p.120) reforça a necessidade de que “(...) se desenvolva um PPP para os adolescentes internos, dentro de uma concepção de prática pedagógica “que parta de uma clara opção ético humanística prévia: o amor ao ser humano oprimido contra a sua opressão e em favor da vida e da liberdade”.

No que se refere às categorias da implicação, Silva (2018) traz que um dos entraves no processo de escolarização do CASE, instituição de ensino que ela pesquisou, é a descontinuidade na oferta da educação, uma questão corriqueira e recorrente. Complementa que, mesmo a educação sendo um direito garantido, o processo educativo é frequentemente interrompido pela lógica do encarceramento, que privilegia as ações de segurança em detrimento das educativas: “Percebe-se que o direito à educação está no campo das leis e dos princípios, mas não foi efetivado na prática socioeducativa” (Silva, 2018, p. 188).

Vale ressaltar que Silva (2018, p. 189-190) aponta outras implicações na efetivação da escolarização socioeducativa. Segundo a autora, a educação só é

[...] relegada a escola, como se ela fosse o único lugar para as práticas pedagógicas da medida socioeducativa, mesmo assim, ela não consegue imprimir prioridade entre as demais ações da unidade, convivem no mesmo espaço ações de educação e de repressão. [...] É urgente a construção de concepções e práticas que respeitem os direitos garantidos aos adolescentes e que a educação promova a reflexão, a criticidade e a humanização.

Reflexão, criticidade e humanização podem ser sinônimos de educação de qualidade. Segundo Campos (2018), há uma confusão entre o dever e o direito à educação. Poucos professores conseguem reconhecer sua função como essencial na garantia de uma educação de qualidade; alguns docentes não têm a percepção de que se o estudante não estiver aprendendo, este não é o único responsável pelo seu fracasso, insucesso ou defasagem escolar.

Entre as implicações no processo de educação escolar na unidade de internação de atendimento socioeducativo, Silva (2018) relaciona fatores de ordem social, política e pedagógica como comprometedores da efetivação do processo da proposta educativa escolar.

Outros fatores que contribuem para o fracasso escolar podem estar relacionados à ausência de políticas públicas e de diretrizes específicas, aos desserviços e à falta de envolvimento de alguns atores do sistema socioeducativo, bem como à falta de compromisso de alguns educandos, que buscam escolarização apenas para atender aos protocolos exigidos durante o cumprimento da medida socioeducativa. Todavia, cabe ressaltar que não se pode generalizar o atendimento e/ou o

funcionamento das unidades socioeducativas, uma vez que cada centro de atendimento socioeducativo tem suas especificidades e particularidades.

Em seu estudo, Silva (2013) mencionou atraso por exclusão e evasão. Na prática, a evasão escolar é um dos fatores que dificultam a aprendizagem dos socioeducandos, pois estes muitas vezes chegam nas unidades socioeducativas e, ao analisar os seus históricos escolares, nota-se que a escolarização deixou de fazer parte de sua vida. Alguns dos motivos desse abandono à escola podem ser decorrentes da própria exclusão social, de uma gravidez na adolescência, da vulnerabilidade social, da ausência familiar e da negligência do próprio Estado.

Em seu estudo intitulado “O ensino de Ciências no contexto da medida socioeducativa de internação”, Cláudio (2015) apresenta importantes reflexões sobre a motivação em sala de aula e sua relação com o desempenho do trabalho pedagógico, especialmente no contexto da internação, considerando que muitos adolescentes trazem consigo uma trajetória marcada pelo fracasso escolar.

Quanto à categoria “Ausência de Políticas Públicas”, de acordo com Nunes (2018, p. 158), é necessário o resgate da autoestima e da autonomia do adolescente em conflito com a lei e “(...) seria mais acessível a realização de um trabalho individualizado e um projeto pedagógico voltado para a realidade de cada adolescente, rompendo com tendência de internação e mantendo a convivência familiar e comunitária”.

A ausência de políticas públicas que assegurem a efetivação, o sucesso e a continuidade do processo educativo dos socioeducandos é responsabilidade de caráter intersetorial, logo, exige a participação e o comprometimento de todos os atores que integram o processo educativo.

O Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo (PEAS) pode ser compreendido como um instrumento de construção da Política de Socioeducação no estado do Paraná. Num âmbito mais amplo está o Plano Nacional, que institui a socioeducação como uma “política pública específica para reparação de uma dívida histórica da sociedade e do Estado junto à população inserida no sistema socioeducativo” (Paraná. 2015a, p. 15).

Tanto o Plano Nacional quanto o Estadual de Educação contemplam ações para a construção de uma sociedade que zele pelos adolescentes. Existem diretrizes de atendimento socioeducativo ajustadas aos valores almejados para esta finalidade. A educação ocorre de forma articulada aos valores morais, aos interesses econômicos e políticos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A leitura e análise das dissertações evidenciou que a escolarização dos socioeducandos proporciona a ressocialização, o respeito ao direito do adolescente e a promoção da sua formação

plena e, de acordo com as contribuições da dissertação de Schuler (2015), percebe-se que o acolhimento, a afetividade e a motivação são fatores que contribuem para a construção da autoestima dos(as) educandos(as) do sistema socioeducativo.

Nas diferentes contribuições identificadas nas produções selecionadas, quando relacionadas ao tema da promoção da educação no espaço socioeducativo, os autores destacaram a importância das ações desenvolvidas nas “celas de aula” e, principalmente, o modo como a efetivação do processo educativo, mediante atitudes de acolhimento, pode resgatar a autoestima e proporcionar uma aprendizagem mais significativa aos adolescentes que cumprem medida socioeducativa. Essas ações e contribuições convergem com as diretrizes propostas pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), no eixo da educação (Brasil, 2013).

Reforça-se que o SINASE, ao orientar e fundamentar a prática pedagógica, estabelece doze diretrizes pedagógicas para o atendimento socioeducativo, dentre as quais a quinta diretriz trata das exigências e da compreensão de que a responsabilidade pela execução das medidas socioeducativas é compartilhada entre os diferentes níveis de governo (União, estados, Distrito Federal e municípios) (Brasil, 2012).

Reitera-se que o socioeducando possui particularidades, potencialidades, bem como deveres e direitos. Portanto, é imprescindível destacar a importância de que o adolescente conheça e compreenda o que são e quais são os valores que fazem parte da sua vida enquanto ser humano. Muitas vezes, esses adolescentes estão alheios às situações cotidianas e desconhecem o que realmente importa tanto para o seu desenvolvimento psicológico, emocional, educacional, profissional quanto para sua formação em geral. Há aqueles que não têm estrutura ou orientação familiar e se encontram inseridos em contextos no quais são facilmente suscetíveis a escolhas ilícitas, cujas consequências não serão positivas. Percebe-se, ainda, que as falhas também acontecem por parte da sociedade e do Estado que, por vezes, não oportuniza, por meio de políticas públicas, contextos atrativos e acolhedores de inserção social, capazes de promover o desenvolvimento dos adolescentes e assegurar sua valorização.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70. 2011.

BRASIL, Presidência da República. Casa Civil. **LEI Nº 12.594, DE 18 DE JANEIRO DE 2012**.

BRASIL, Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente**. Sistema Nacional De Atendimento Socioeducativo - SINASE/ Secretaria Especial dos Direitos Humanos – Brasília-DF: CONANDA, 2006.

BRASIL, Conselho Nacional de Justiça. **Panorama Nacional**, A Execução das Medidas Socioeducativas de Internação, Programa Justiça ao Jovem, Brasília: 2012.

BRASIL, Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos. **Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo**: diretrizes e eixos operativos para o SINASE. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013.

BRASIL, Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em 15 out. 2023.

CAMPOS, D, C. de **Reinserção escolar de jovens em cumprimento de medida socioeducativa: a visão dos educadores**. Dissertação. UNESP, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/183073>. Acesso em 10 maio 2023

CLÁUDIO, G C. **O ensino de ciências no contexto da medida socioeducativa de internação**. Dissertação. UNB, 2015. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/18136>. Acesso em: 19 maio 2023

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 73.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

MENEZES, M. P. C. M. **Escolas Públicas na cidade de Salvador e a reinserção dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto no ano de 2016**. Dissertação. UFBA, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/29872>. Acesso em 19 maio 2023

NASCIMENTO, I S. **O pedagogo orientador educacional no acolhimento e acompanhamento de adolescentes em medida socioeducativa**. Dissertação. UNB. 2017. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/23971>. Acesso em 25 maio 2023

NUNES, F. E. **Formação e (re)socialização de adolescentes em privação de liberdade: práticas e políticas educacionais no centro socioeducativo de Unaí – CSEUN**. Dissertação. UFG, 2018. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/8270>. Acesso em: 22 maio 2023

PARANÁ. **Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo**. Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos. 2015a. Disponível em: https://www.angra.rj.gov.br/downloads/SAS/sinase/sinase_parana.pdf. Acesso em: 22 maio 2023

PARANÁ. **Programa de Atendimento Socioeducativo do Estado do Paraná.** 2015b. Disponível em: http://www.dease.pr.gov.br/arquivos/File/programaatendimentodease_web_final.pdf. Acesso em: 08 março 2023

PRACIANO, M. G. **O direito dos adolescentes e dos jovens autores de atos infracionais à educação no sistema socioeducativo do Estado do Ceará: desafios e possibilidades para o exercício de uma cidadania fortalecida.** Dissertação. UFC. 2018. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/30930>. Acesso em: 02 abril 2023

ROMANOWSKI, J. P.; VOSGERAU, D. S. R. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. **Rev. Diálogo Educ.**, v. 14, n. 41, p. 165-189, 2014.

SANTOS, B. T. de O. **Pedagogas e Pedagogos atuantes em instituições de privação de liberdade: formação inicial, limites, desafios e possibilidades.** Dissertação UFSP. 2022.. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/11600/65974>. Acesso em: 14 maio 2023

SILVA, C. e. **A socioeducação e Direitos humanos: um estudo do projeto “A Arte do Saber”.** Dissertação UNB, 2017. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/25277>. Acesso em: 04 maio 2023

SILVA, A. T. da. **Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS II de Cascavel – PR: Um estudo da Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (2001-2011).** Dissertação. Unioeste 2013. Disponível em: <http://tede.unioeste.br/handle/tede/3615>. Acesso em 05 maio 2023

SILVA, J. P. da. **Tempo da tranca, tempo da sala: a educação escolar de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em um centro de internação de Pernambuco.** Dissertação. UFRPE, 2018. Disponível em: <http://www.tede2.ufrpe.br:8080/tede2/handle/tede2/7578>. Acesso em 03 abril 2023

SILVA, O R. **A banalização das práticas pedagógicas: notas sobre uma pedagogia de exceção em um centro de internação de adolescentes.** Dissertação. UNISUL, 2014. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/3496>. Acesso em: 04 abril 2023

SCHULER, F. R. **Entre o proposto e o executado: uma análise da execução do plano de reordenamento do sistema socioeducativo do estado de Pernambuco nas unidades de internação da FUNASE/PE nos anos de 2012 a 2014.** Dissertação. UFPE. 2015; Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/15681>. Acesso em: 03 abril 2023